

190 FUNAI Para CIMI, demissões provam desonestidade

"É mais uma prova de inabilidade, mais que isso, de desonestidade, porque uma administração honesta, acusada como o foi essa, abriria sindicância", disse ontem, em Brasília, o assessor do Conselho Indigenista Missionário, padre Antônio Iasi, sobre a demissão pela Fundação Nacional do Índio, anteontem, dos 21 indigenistas que em carta ao ministro Mário Andreazza, do Interior, solicitaram a apuração das denúncias feitas contra a direção do órgão. Ao mesmo tempo, o Cimi divulgava nota solidarizando-se com os 35 funcionários que nos últimos 30 dias foram demitidos e pediram demissão da Funai e exigindo o imediato afastamento dos dirigentes da autarquia. Em outra nota, a Associação Nacional de Apoio ao Índio — Anai — do Distrito Federal, exigiu "um esclarecimento público das denúncias feitas pelos indigenistas punidos", os últimos 21 por indisciplina, com base no Artigo 482, letra H, da Consolidação das Leis do Trabalho, que prevê dispensa por justa causa, segundo informou-se ontem.

Lembrou o assessor do Cimi, "por muito menos, uma denúncia contra a funcionária Cecília Campos, sua irmã, o primeiro presidente da Funai mandou abrir sindicância e acabou por deixar o cargo". Após enfatizar que entre as denúncias contra o atual presidente do órgão "figura um caso de corrupção lesiva ao patrimônio indígena", ele concluiu que "estão jogando a causa do índio por terra".

O presidente da Sociedade Brasileira de Indigenistas, José Porfírio de Carvalho, o quarto funcionário a ser demitido da Funai, disse ontem, também, que "no começo da crise, a SBI mandou uma nota oficial ao presidente da Funai, coronel João Carlos Nobre da Veiga, pedindo a apuração de responsabilidades pelo assassinato de dois índios Guajajara, do Maranhão, mortos a 26 de fevereiro por soldados da Polícia Militar e fazendeiros. Nobre da Veiga disse que não queria mais "bilhetinhos". Diante disso, a SBI passou a publicar suas denúncias nos jornais. O ministro Mário Andreazza, em uma entrevista, disse que se houvesse críticas a fazer à Funai que se fizesse a ele. Os 21 indigenistas

fizeram suas críticas a ele e foram demitidos pela Funai... E até hoje os assassinos dos Guajajara e de outros índios mortos depois, continuam impunes".

A NOTA DO CIMI

O trecho inicial da contundente nota da CIMI, é o seguinte:

"Na sua campanha de cerco e aniquilamento dos povos indígenas, a Funai, liderada por um grupo de coronéis, investe agora contra os próprios indigenistas. Os funcionários, que ainda insistem defendendo a causa indígena dentro dos diversos departamentos do órgão, estão sendo objeto de uma verdadeira campanha de pressões, ameaças e demissões. Os coronéis da Funai acionam o instrumento que mais conhecem e dominam: a repressão. Demitem sumariamente funcionários que dedicaram anos e anos ao trabalho indigenista, em nome de uma suposta disciplina e cega subordinação aos incompetentes. Na presente crise, quando apela à disciplina cega, os coronéis buscam apenas desviar os olhos da opinião pública sobre as gravíssimas denúncias lançadas à consciência nacional e internacional pelos antropólogos e funcionários demitidos".

Eis, outro trecho:

Por mais que os coronéis tenham agitado a Lei da Segurança Nacional sobre a cabeça dos indigenistas, não conseguiram obter a desejada capitulação...

NOTA DO MINTER

Sobre o ato do Presidente da Funai, João Carlos Nobre da Veiga, demitindo 21 funcionários do órgão que há três semanas protocolaram um carta ao Ministro Mário Andreazza sugerindo mudanças na política indigenista e na cúpula da FUNAI, o Gabinete do Ministro do Interior distribuiu nota afirmando tratar-se de um problema de ordem administrativa e interna da Fundação Nacional do Índio, sobre o qual o Ministro não interfere. Acrescenta a nota que o Presidente da FUNAI - dirigente de um órgão do governo - tem poderes para adotar uma decisão dessa natureza. "No tocante às diretrizes do Ministério do Interior e à execução da Política indigenista, ele continua a merecer toda a confiança do Ministro Mário Andreazza" finaliza o documento.

Demissão de indigenistas agride

A demissão de 21 indigenistas da Funai, pelo coronel João Nobre da Veiga, nos termos da CLT, por indisciplina (denúncias que eles fizeram de irregularidades no trato com os índios, mordomias e corrupção no setor administrativo), foi considerada pelo deputado João Cunha, do PT de São Paulo, como "mais uma agressão do Governo à lei", razão pela qual vai convocar aquele superintendente para que explique seu gesto à Comissão do Interior da Câmara.

— São as duas faces da lei - diz João Cunha —, uma a serviço do Governo e a outra disciplinando a sociedade. Pune-se o denunciante de corrupção, mas não se apuram as denúncias. Os indigenistas, muitos deles, com largos anos de

serviço ao Ministério do Interior, são colocados na rua por terem assumido a dignidade e o risco de protocolarem, perante o Ministério, exposição das irregularidades que têm presenciado.

Conforme o deputado paulista, "a resposta foi a demissão sumária".

— Evidentemente, esse tipo de comportamento, por parte da administração, não é a melhor conduta, nem tão pouco enriquece os valores éticos que devem existir no relacionamento da administração com seus funcionários e de todos com a opinião pública. Essa posição incentiva a corrupção, perpetuando impunidades decorrentes das imunidades garantidas pelas chefias.